

Intervenção do Governador Carlos Burgo no Acto de Comemoração do 3.º
Aniversário do BES-Cabo Verde

Praia, 8 de Julho de 2013



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Exma Administração do BES-CV

Minhas Senhoras e meus Senhores

Permitam que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas à Administração do BES-CV, a quem felicito pela passagem do 3.º aniversário da instalação do Banco em Cabo Verde, reconhecendo o importante contributo que este tem dado na dinamização do sector financeiro em Cabo Verde, nomeadamente através da disponibilização de serviços a não-residentes. A entrada do BES-CV em Cabo Verde foi sem dúvida um sinal encorajador e de confiança no sector financeiro caboverdiano, que terá ficado mais forte, e uma oportunidade de serem exploradas as potencialidades dos mercados lusófono e da sub-região africana onde Cabo Verde se insere.

Muito me honra poder intervir nessa cerimónia (aproveito, por isso, para agradecer o convite que me foi formulado) e ter a oportunidade de apresentar algumas reflexões sobre as perspectivas económicas e financeiras de um país que se vê confrontado com enormes desafios, que exigem mudanças estruturais na sua economia, face a uma conjuntura internacional caracterizada por enorme complexidade e riscos elevados para a estabilidade do sistema económico e financeiro internacional.

Começaria, por isso, por relembrar que, para além da missão principal do Banco de Cabo Verde - a manutenção da estabilidade de preços - outra das suas atribuições fundamentais é a salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro, estando actualmente o foco colocado no reforço da regulação e da supervisão e na promoção de práticas de gestão sãs, que passam pelo aperfeiçoamento da



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

capacidade de análise e de gestão de riscos, que deverão ser minimizados, bem como na preservação da confiança no sistema.

A minha intervenção nessas comemorações dá-me igualmente oportunidade de destacar a relevância da actividade bancária no financiamento da economia, o que justifica o reforço de instrumentos legais e normativos, que se encontram em vias de aprovação, em resposta aos desafios da actual conjuntura internacional e nacional.

Minhas Senhores e meus Senhores,

Um das principais lições que se pode extrair da já prolongada crise económica e financeira internacional é a da importância de adopção de uma gestão prudente, inserida numa estratégia de permanente antecipação e de minimização de riscos. Isto porque, no caso da sua materialização, as autoridades vêm-se amiúde confrontadas com territórios desconhecidos, pelo que as medidas correctivas tendem a revelar-se muito mais complexas na sua concepção e execução, com impactos muito desfavoráveis para o bem-estar social.


No Banco de Cabo Verde, uma preocupação central tem sido a de identificação, de forma antecipada, dos principais riscos para a economia do país e para o sistema financeiro, em particular.

Um aspecto fundamental, nomeadamente pelo seu impacto transversal/global sobre o conjunto dos sectores institucionais, na óptica da contabilidade nacional, prende-se com a dinâmica da actividade económica e com as suas implicações sociais, com destaque para o emprego.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos



Os dados disponíveis apontam para uma significativa desaceleração da actividade económica: tal evolução coloca de forma premente, no centro das prioridades, a questão do potencial de crescimento da economia. Qual será o valor de referência mais credível para o potencial de crescimento da economia? Quais são as actuais e futuras fontes potenciais de crescimento da economia de Cabo Verde? Que e como adoptar medidas adequadas à melhoria deste potencial?

Ligada directamente a esta problemática está a necessidade de melhoria da competitividade económica, do ambiente de negócios, da qualificação profissional, da legislação laboral e, de uma maneira geral, da redução dos riscos para a actividade económica, nomeadamente em relação ao sector privado.

Uma gestão virada para a mitigação dos riscos na economia é por conseguinte fundamental.

Numa avaliação dos principais riscos para a economia, estes situam-se, na minha perspectiva, no médio e longo prazos, o que significa que estamos ainda em condições de reforçar e/ou adoptar as medidas necessárias para aumento da resiliência da economia do país, nomeadamente para fazer face à emergência de choques externos adversos. Isso pressupõe, entre outros, a existência de espaço macroeconómico – a nível orçamental e monetário.

Um nível minimamente adequado de reservas cambiais e um endividamento não excessivo do Estado são duas condições essenciais a respeitar, no quadro do regime económico vigente no país, onde a credibilidade e a confiança são fundamentais. Um contexto de fraco crescimento económico implica menor dinamismo do lado das receitas fiscais para o Estado, impondo necessidade de ajustamento do lado da despesa. Mas as próprias empresas e as famílias têm de



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

fazer ajustamentos para evitar que o seu endividamento e o nível de endividamento do país atinjam um nível excessivo.

No que se refere especificamente ao sistema bancário, importa realçar que, de uma maneira geral, os níveis de liquidez e de rentabilidade existentes permitem aos bancos fazer face a muitos dos eventuais riscos emergentes, pese, embora, o facto de, em 2012, os bancos terem enfrentado uma conjuntura difícil, como corolário do impacto do enquadramento externo sobre a actividade económica. Apesar do crescimento dos activos, os resultados e a rentabilidade do sector bancário prosseguiram a anterior tendência de redução.

A actividade bancária em 2012 aumentou, com os activos líquidos totais a crescerem 11,14%, reflectindo o maior volume de aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro. Os depósitos mantêm-se como a principal fonte de financiamento, representando 71% dos recursos, confirmando a reconhecida estabilidade do “funding” dos bancos e uma situação confortável em termos de liquidez. A rentabilidade dos capitais próprios e dos activos evidenciou alguma redução, apontando para um desempenho menos favorável na gestão dos recursos, comprovado pela significativa redução da eficiência bancária (rácio “cost-to-income”) e pela diminuição da margem financeira. No concernente à adequação de fundos próprios, o reforço das provisões, face à deterioração da qualidade da carteira de crédito, implicou uma redução significativa dos fundos próprios do sistema, o que, acompanhada por um ligeiro aumento dos activos em risco, conduziu à redução dos rácios. Embora o rácio de solvabilidade do sistema (12,13%) se situe acima do mínimo regulamentar (10%), esta situação aparentemente confortável não exime os bancos de uma gestão prudente que salvguarde a solvabilidade e a estabilidade do sistema.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Em termos de riscos, o de crédito mantém-se como o principal constrangimento para o sistema, devido principalmente à concentração nos sectores da habitação e construção e num número reduzido de contrapartes. Registou-se uma evolução desfavorável da qualidade da carteira de crédito, com o aumento do nível de incumprimento global, acompanhado, porém, pelo reforço das provisões, seguindo a recomendação do BCV.

Em relação ao risco de liquidez, o rácio de transformação reduziu-se em 2012, na sequência do aumento significativo dos depósitos. Tal evolução traduziu-se numa melhoria do quadro global de liquidez do sistema, registando-se uma tendência para a reestruturação da composição dos activos, no sentido de privilegiar os com maior liquidez.

Pode-se, pois, afirmar que o sistema financeiro nacional e, particularmente, o sector bancário, debate-se com um conjunto de riscos e desafios emergentes, mas encontra-se assente em bases sólidas, quais sejam a credibilidade do *peg*, o nível das reservas obrigatórias e a situação dos bancos em termos de liquidez. São aspectos importantes que importa preservar e reforçar, designadamente pela via da melhoria da regulação e do reforço da supervisão.

Por último, mas não menos importante, importa ainda perspectivar o desenvolvimento do sistema a longo prazo, em linha com os melhores padrões e práticas internacionais e com as necessidades da economia e da sociedade. O Banco de Cabo Verde tem agido activamente nessa óptica, visando consolidar e reforçar a estabilidade do sistema financeiro e do sector bancário em particular. Em linha com este objectivo, está actualmente em fase avançada um conjunto de iniciativas visando garantir que, mesmo num contexto adverso, a banca nacional



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

possa continuar a servir cada vez melhor as necessidades da economia e da sociedade. Entre estas iniciativas, salientam-se as seguintes:

- introdução de uma Lei de Bases do Sistema Financeiro, quadro de referência que estabelece um conjunto de princípios aplicáveis a toda a actividade financeira no país. Desenvolvido com apoio técnico do Fundo Monetário Internacional, o anteprojecto para este quadro de referência, assente nos melhores padrões e práticas internacionais, foi recentemente aprovado pelo Conselho de Ministros e deverá em breve ser apreciado pela Assembleia Nacional;

- introdução de uma nova Lei Bancária, consagrando no regime nacional as melhorias registadas a nível internacional desde a aprovação da actual Lei, em 1996. O respectivo anteprojecto foi igualmente aprovado recentemente pelo Conselho de Ministros, devendo também a decisão final nesta matéria ser tomada pelo Parlamento nos próximos meses.

Mas as iniciativas de reforma não se circunscrevem ao sector bancário. Com o objectivo de fortalecer e diversificar a actividade financeira no país, o BCV promoveu no passado recente a modernização da legislação aplicável ao sector segurador e ao mercado de valores mobiliários. Para além de contribuir para o reforço e dinamização destes sectores financeiros não bancários, estas reformas terão também um impacto positivo sobre a estabilidade do sector bancário já que, ao alargar o leque de alternativas de financiamento, designadamente mais adequadas para operações de maior risco, contribuirão para aliviar a pressão sobre os bancos, no sentido de financiar operações cujas características não se adequam ao seu perfil de financiador.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Nesta mesma linha, mas com uma visão mais ampla, o BCV está também actualmente a desenvolver, com assistência técnica do Banco Mundial, uma estratégia e um Plano de Acção para o desenvolvimento do sistema financeiro. Este quadro de orientação de longo prazo para o BCV em matéria de iniciativas orientadas para o desenvolvimento do sistema financeiro deverá dedicar uma atenção especial às actividades financeiras não bancárias, em linha com as necessidades actuais e prospectivas da economia nacional, anteriormente referidas.

É, pois, com o anúncio dessas importantes iniciativas, que termino estas minhas breves reflexões, reiterando as minhas felicitações ao BES-CV por mais um aniversário e desejando que continue a contribuir para um maior desenvolvimento e dinamização do sistema financeiro em Cabo Verde.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos